

## A CONSTRUÇÃO DA NÃO-NOTICIABILIDADE: o exemplo da CPLP no Brasil<sup>48</sup>

José Cristian GÓES<sup>49</sup>

**RESUMO:** O que transforma uma ocorrência em notícia? O que faz um acontecimento atingir o *status* de noticiável? Existem vários estudos sobre o Jornalismo que tratam dessas questões. Um deles estabelece *critérios* que, rápida e facilmente, definem o que é e o que não é notícia. Entretanto, a ideia de noticiabilidade ainda responde os desafios de um jornalismo que transita em um ambiente social complexo e descentrado? Como considerar na seleção dos acontecimentos os atravessamentos das memórias e das identidades? Propomos discutir essa questão a partir da cobertura da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* sobre a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), que em 2016 completou 20 anos. Nosso levantamento indicou uma não cobertura, o que sugere refletir sobre a *não-noticiabilidade* construída desde o silenciamento dessa comunidade até o emergir de uma memória manipulada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo. Memória. Noticiabilidade. Identidade. CPLP.

**ABSTRACT:** What turns an occurrence into news? What makes an event reach newsworthy *status*? There are several studies on journalism that address these issues. One of them establishes *criteria* that quickly and easily define what is and is not news. However, does the idea of notifiability still meet the challenges of a journalism that transits in a complex and decentralized social environment? How to consider the crossings of memories and identities in the selection of events? We propose to discuss this issue from *Folha de S. Paulo* and *O Globo* coverage on the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), which in 2016 turned 20 years old. Our survey indicated a lack of coverage, which suggests reflecting on the

---

<sup>48</sup> Neste artigo tratamos dos 20 anos da CPLP, e algumas reflexões teóricas aqui foram publicadas na Revista Estudos de Jornalismo, do GT Jornalismo e Sociedade, da Associação Portuguesa da Ciência da Comunicação (Sopcom), onde se analisou os 10 anos da CPLP. Mais em GÓES, J. C.; ANTUNES, E. A (não) notifiabilidade da CPLP no Brasil: Jornalismo, memórias e identidades. *Revista Estudos de Jornalismo*, Lisboa, nº 5, v. 1, p.120-135, dez 2015. Disponível em: <<http://www.revistaej.sopcom.pt/pag/edies>>.

<sup>49</sup> Jornalista, mestre em Comunicação pela UFS e doutorando em Comunicação pela UFMG. Neste momento realiza estágio doutoral na Universidade do Minho, Braga, Portugal. (cristiangoes\_brasil@yahoo.com.br)

*non-newsworthiness* built from the silencing of that community to the emergence of a manipulated memory.

**KEYWORDS:** Journalism. Memory. Newsworthiness. Identity. CPLP.

### **Pensando no Jornalismo e na noticiabilidade**

Os estudos sobre Jornalismo têm uma longa trajetória de reflexão e de proposições. As mais diversas matrizes teóricas apresentam inúmeras discussões para pensá-lo, compreendê-lo e perceber seus limites e desafios. Uma questão permanente e que perpassa por boa parte dos debates é a ideia de *notícia*. Por meio dela, podemos discutir os acontecimentos, as práticas dos jornalistas, as fontes, as audiências. Boa parte dos esforços está concentrada em tentar perceber a seleção das notícias, ou seja, o porquê de algumas raras ocorrências vão receber o carimbo de noticiáveis e, a maioria dos acontecimentos, não.

Sobre esse regime de seleção que o jornalismo produz e participa existem excelentes hipóteses teóricas, mas uma das mais lembradas é a da ideia de *noticiabilidade* e que podemos resumir como um conjunto de *critérios* usados para determinar se uma ocorrência será ou não considerada notícia. Esta tarefa determinativa é de competência do *especialista*, daquele profissional que domina rotineiramente a prática do jornalismo e, assim, rápida e facilmente, seleciona o que é *notícia* em meio ao emaranhado de eventos cotidianos públicos e privados.

Na prática, esses *Critérios de Noticiabilidade* são como um *checklist* de medidas que serão tomadas para assegurar que um acontecimento tem ou não *status* de notícia. Os critérios que mais surgem nos estudos de Jornalismo são atualidade, proximidade, relevância, desvio, conflito, polêmica. Gislene Silva (2014) conceitua os critérios de noticiabilidade como

(...) todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais dos jornalistas, cultura profissional da categoria, condições favorecidas ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (SILVA, 2014, p. 52).

Esses critérios são tão recorrentes que parecem até fixos, e estão predeterminados nas práticas profissionais. Toma-se conhecimento de um evento e logo se aplica nele as normas. Acreditamos, porém, que estabelecer parâmetros para determinar se um acontecimento tem ou não as condições para ser notícia encaminham-nos a perceber um jornalismo ainda de viés transmissivo, estrutural. Nesse modelo, a *notícia* é considerada como “artefato social, algo (uma informação via discurso, texto, vídeo ou foto) que viaja de uma pessoa (ou de uma

organização) para um único – ou para múltiplos – receptor/receptores” (SHOEMAKER, 2014, p. 15). Esse jornalismo parece manter em funções fixas e definidas as figuras dos emissores e dos receptores. Em resumo, o *script* previsto para assegurar que o evento é notícia pressupõe, assim, uma rotina, em certa medida, estável. Entretanto, será ainda possível conceituar o jornalismo e perceber a seleção da notícia em uma estrutura emissora de informação? Ou seja, os *Critérios de Noticiabilidade* dão conta das condições múltiplas, complexas e entrelaçadas relações que envolvem o Jornalismo?

Não há dúvidas das importantes contribuições à teoria das reflexões sobre o noticiável, mas acreditamos que elas enfrentam algumas dificuldades para reconhecer que esse processo é atravessado por intensas negociações, disputas, relações de poder e por fenômenos sutis que varam o jornalismo. Com isso, sugerimos que a *notícia* não se realiza nem os emissores e nem nos receptores, mas na relação entre eles, sempre apontando para fora dela. A notícia emerge *nas* e *das* relações humanas, em um *lugar* de tensões, assimetrias e instabilidades. É nesse sentido que, talvez, os *Critérios de Noticiabilidade* sejam redutores para pensar o Jornalismo, a seleção das notícias. Sobre esses padrões, por exemplo, Franciscato (2014, p. 87) diz que eles são limitadores quando acentuam “aspectos isolados de um fato”. Ou seja, o jornalismo deve ser pensado no contexto espaço-temporal, vinculado a processos sócio-históricos.

Utilizar critérios prévios para determinar o que é ou não é notícia pode-se levar a não considerar o atravessamento de feixes de poder, de temporalidades, de memórias, de histórias nesse regime de seleção que, em si mesmo, é um exercício de poder.

Nesse trabalho, propomos perceber memórias e identidades em meio ao Jornalismo, não como *Critérios de Noticiabilidade*, mas como fenômenos presentes e que perpassam pelo ambiente comunicativo, indo além dele. Longe de critérios visíveis, as seleções midiáticas abrigam tensões *não-visíveis* que estão sempre a pressionar o *visível*, um jogo entre o lembrar e o esquecer. A notícia, nesse caso, emerge como lembrança, confirmando o que existe, mas “tão importante quanto entender o que recordamos, é compreender porque e como recordamos determinados acontecimentos e esquecemos de outros” (CABECINHAS, 2006, p. 6).

Para discutir sobre a memória e o jornalismo, propomos analisar as notícias da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* sobre as nações de língua portuguesa, reunidos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entidade que em 2016 completou 20 anos de criada. Investigamos como esses jornais noticiaram essa comunidade, composta por Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, na África;

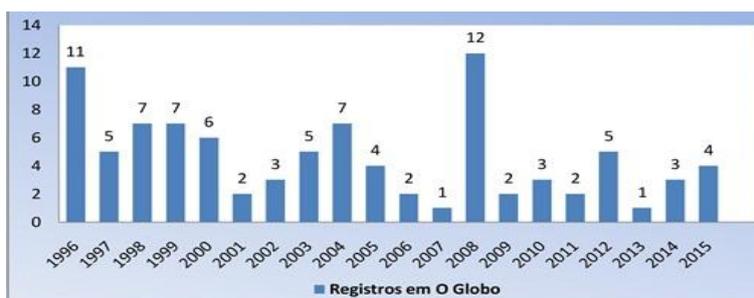
Brasil, na América do Sul; Portugal, na Europa; Timor Leste, na Ásia. Em todas essas nações a língua portuguesa é idioma oficial.

Contudo, para além da língua, a comunidade lusófona tem raízes muito amplas. Entre seus países e povos existem elos sócio-históricos profundos que os entrelaçam, estabelecendo relações identitárias constitutivas deles mesmos. Por exemplo, o povo brasileiro se constituiu com o sangue de índios, de escravos das colônias luso-africanas, de portugueses. Poder-se-ia esperar que, em razão dos traços e histórias em comum, temas envolvendo essa comunidade tivessem *relevância* e *proximidade* para justificar um agendamento jornalístico no Brasil. No entanto, nossa pesquisa na *Folha de S. Paulo* e *O Globo* não revelou isso. Ao contrário, há uma ausência e, as poucas notícias denunciam memórias ocultadas e apagamento identitário. A investigação foi realizada nos acervos digitalizados das edições impressas dos dois jornais, e compreendeu o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2015.

Como o objetivo de nossa investigação era conhecer a ação direta dos jornais sobre essa comunidade, definimos a categoria *registros* que abriga notícias, entrevistas e editoriais. Foram excluídos artigos de opinião, notinha em colunas, cartas do leitor e publicidade. Utilizamos como critérios de busca: CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, lusofonia, países lusófonos e nações lusófonas. Os resultados foram só 92 *pequenos* registros em *O Globo* (Gráfico 1) e 94 na *Folha de S. Paulo* (Gráfico 2) no período de 20 anos.



**GRÁFICO 1: Registros na Folha de S. Paulo sobre a CPLP**  
 Fonte: Acervo da Folha de S. Paulo (elaborado pelo autor)



**GRÁFICO 2: Registros em O Globo em 19 anos da CPLP**  
 Fonte: Acervo de O Globo (elaborado pelo autor)

De saída, constatamos uma insignificante quantidade de notícias nos dois jornais nos 20 anos da CPLP. Os poucos e pequenos registros diluíram-se, *perdendo-se* entre milhares de páginas nas quase 7 mil edições de cada um desses periódicos por duas décadas. Na prática, é como se essa comunidade não existisse, ou seja, não há como os leitores dos dois maiores jornais brasileiros<sup>50</sup> estabelecer memória, algum lembrar sobre o Brasil e essa comunidade. De fato, os poucos e esparsos registros não possibilitam o reconhecimento da CPLP, não há um quadro inteligível sobre ela. Em *O Globo*, em média, foram apenas 4,8 registros por ano, e na *Folha de S. Paulo* 4,9 menções, dados que sugerem uma *não-noticiabilidade* parecida nos jornais. Propomos pensar que a opção pelo silenciamento não tem relação direta com Critérios de Noticiabilidade, com o relevante, o próximo, a polêmica, mas com memória e identidades.

### **Jornalismo como experiência e a comunidade além dos números**

Para considerar a memória, as identidades, os silenciamentos no jornalismo é preciso superar o modelo transmissivo, centrado em critérios pré-estabelecidos a definir a notícia. Por isso, sugerimos pensar o jornalismo como uma experiência, em uma perspectiva relacional, onde a notícia não é um produto resultado da aplicação de fórmulas e que estaria aprisionada em suportes. Muito ao contrário, a notícia está em um “estado sempre nascente, revivida a cada momento no mundo da vida onde os sujeitos, tanto quanto a percepção, são construídos pela própria experiência” (MOTTA, 2014, p. 9).

As notícias são *textos vivos* que produzem interpretações e convocam temporalidades e historicidades. Elas são parte de uma confusa teia de relações que se entrelaça a outras teias, sempre apontando para fora dos quadros propostos, buscando múltiplas conexões, inclusive além do jornalismo. Entendemos, assim, que o jornalismo está implicado no mundo, sendo um operador sócio-simbólico que age em conjunto com outros operadores e que o público remaneja os sentidos propostos por ele, recolocando-os em seus ambientes culturais (MOUILLAUD, 1997). O jornalismo, então, não se explica apenas por organizações, por seus profissionais, seus modos de fazer. Empresas, jornalistas e fontes não são a gênese da notícia.

O jornalismo é uma experiência que transita em tensão, sempre a exigir negociações, de forma que a *relevância* de um acontecimento será construída na medida em que as relações

---

<sup>50</sup> Em 2015, a *Folha de S. Paulo* obteve uma circulação diária média de 335,9 mil exemplares, ocupando a primeira colocação entre os jornais brasileiros. Na segunda posição ficou *O Globo*, com 311,2 mil jornais postos em circulação em média diária. (MÍDIA DADOS BRASIL, 2015).

vão se tecendo, fazendo-se memória, configurando-se como notícia. A relevância “surge em reverberação, junto com uma experiência publicamente acessada e compartilhada” (MAFRA, 2014, p. 107). Reforçamos, assim, que a notícia não nasce e morre em páginas de jornal, nas transmissões de televisão e de rádio, mas emerge na relação e transita nela e para além dela, abrigoando inúmeros e incertos *antes e depois*.

Refletir sobre o jornalismo nessas condições nos impõe pensar na *noticiabilidade*. Na cobertura da *Folha* e de *O Globo* sobre a CPLP, apesar das raízes históricas e identitárias, e da institucionalização dessa entidade, os temas dessa comunidade não atenderam aos critérios de noticiável. Essa ausência construída e reiterada tem lugar nas meadas das memórias sociais, nas tensões históricas e identitárias não confessadas, nos jogos de poder que se manifestam pela invisibilização. Até mesmo o conteúdo das poucas notícias sobre a CPLP trata de memórias ocultadas, em que o jornalismo dispara imaginárias diferenças identitárias, uma discussão que parece não abrigoada nos critérios de noticiabilidade.

Vejamos o que dizem as notícias na *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos últimos 20 anos. Na edição de 16 de julho de 1996, um dia antes da criação da CPLP, o presidente Fernando Henrique concedeu entrevista ao *Diário de Notícias*, de Lisboa. Os dois jornais brasileiros a repercutiram. Em *O Globo* (*O País*, p. 3) a manchete foi: “FH: brasileiro pensa como caipira” (Figura 1). O presidente afirma que a “mentalidade caipira e provinciana” do povo brasileiro “rejeita a globalização”. Existe uma nítida convocação à memória, à história e à identidade no sentido de explicar o “atraso civilizacional”, que o presidente-sociólogo encontra a resposta: “sem dúvida nenhuma, é uma variante da *mentalidade crioula*”, diz FHC (Grifos nossos).



FIGURA 1: Recorte de parte da notícia em *O Globo*  
 Fonte: acervo de *O Globo* (*O País*, 16/07/1996, p. 3)

Na notícia em que o presidente alega que a rejeição à globalização no Brasil deve-se a “variante crioula” do brasileiro são observadas lógicas para além dos conhecidos critérios de noticiabilidade. Esse registro faz emergir *rastros* de uma seleção angular insistente e que trata de parte da formação do povo brasileiro, revelando a presença constitutiva no Brasil e que incomoda às elites, dos índios, negros, africanos, mulatos, crioulos. Nessa notícia, essas pistas convocam o apagamento da barbárie da escravidão, dos próprios negros e africanos, propondo uma memória prospectiva de limpeza étnico-racial, condição põe o Brasil a acertar os passos com a civilização moderna e globalizada.

Crítérios como relevância, atualidade, proximidade e outros não possibilitam perceber nitidamente os jogos políticos identitários atravessados nessa e em outras notícias. Além da invisibilização que assegura a *não-noticiabilidade*, as poucas notícias estão carregadas de uma disputa sutil entre lembranças e esquecimentos. Ou seja, o jornalismo é sinalizador de como o passado será lembrado e indicador de projeções, isto é, o que se deve lembrar e esquecer; do que quer visibilizar e do que quer silenciado. Nas notícias sobre a CPLP há um recorrente compromisso com o apagar, o esquecer. É por isso que a experiência jornalística

(...) não pode ser explicada e explorada unicamente a partir da face mais visível de seus produtos. É preciso apanhá-la entre um direito e avessos. Por esse caminho é possível indicar que as várias experiências estão intimamente conectadas com outras tessituras e, nesse sentido, necessariamente imbricadas na escrita dos acontecimentos jornalísticos (FONSECA, 2014, p.26).

Retomando as notícias. Nos primeiros anos do Governo de Lula, no que pese o esforço de aproximação dos países africanos, os jornais agem na não-noticiabilidade, principalmente ampliando os registros de rejeição e esquecimento dessa comunidade. Por exemplo, mesmo a CPLP já com sete anos de instituída, a *Folha de S. Paulo*, em 12 de julho de 2003 faz publicar uma notícia com o título: “Lula propõe bloco da língua portuguesa”.

Nos 20 anos de “cobertura” dessa comunidade pelos dois jornais brasileiros existe uma mesma e insistente angulação: o Brasil em pé de igualdade a Portugal, ambos desenvolvidos e com ações neocolonizadoras junto aos países africanos que, por sua vez, são tratados sempre como pobres e envolvidos em corrupção, tráfico de drogas e ditaduras. Em *O Globo* (O País, p. 8), o presidente Lula afirma que a CPLP é uma “mostra do quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos”, porque, segundo ele, entre essas duas nações há “vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural”. Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste somem dessa relação. Em raros momentos os jornais chegaram a reconhecer a parentescos entre Brasil e os países africanos, porém, esse

recurso é somente utilizado para reforçar uma condição de superioridade brasileira, a exemplo da notícia: “Lula chega à África no papel de primo rico” (Figura 2).



Figura 2: Recorte de parte da notícia em O Globo  
 Fonte: acervo de O Globo (O País, 26/07/2004, p. 8)

Em 13 de abril de 1999, a *Folha de S. Paulo* (Brasil, p. 6) tratou da ida do presidente Fernando Henrique a Lisboa. Diz o jornal que “a visita a Portugal seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países”. Lembra ainda que a “CPLP, que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal”. Ora, apenas os países africanos foram antigas colônias portuguesas? O jornal *esqueceu-se* de lembrar que o Brasil foi colônia, mas não esqueceu o “relacionamento histórico” e de “compadrio” com Portugal.

Os critérios de noticiabilidade talvez não ajudem a compreender os silenciamentos e as invisibilizações da CPLP. Na seleção e na angulação das notícias há uma complexidade dos fenômenos as atravessam. Os parâmetros para definir se um evento é notícia ou não parecem não dialogar com esses enredamentos postos em jogo pelo jornalismo. Critérios operacionais e ações rotinizadas não alcançam a experiência jornalística, que é múltipla, implicada em um mundo sócio-histórico-cultural confuso, em meio a temporalidades, historicidades, a tensões e disputas de poder. Reafirmamos que a não visibilização da CPLP e as raras notícias sobre essa comunidade implicam em memórias ocultadas e manipuladas, em silenciamentos construídos e significações identitárias de pertença e, principalmente, de diferença.

### Memórias e identidades em jogo no Brasil

Manifestamos nosso entendimento de que as memórias e as identidades entrelaçam-se nas tramas do jornalismo. Da memória, pontuamos que ela é um recordar deliberado, processo de construção de elos entre passado e futuro. Diz Nunes (1988, p. 29), que “pela mediação do

passado, o presente e o futuro se vinculam à tríade dos antecessores dos contemporâneos e dos pósteros”. Um aspecto importante é que não estabelecemos fronteiras entre memórias individuais e coletivas. Elas são interdependentes, “embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros de grupos” (RICOEUR, 2008, p. 133). Concordamos com Nunes (1988, p. 29) quando ele afirma que “a memória individual não alcançaria o passado histórico se não a enriquecessem tradições recolhidas dos antepassados”.

O foco nesse trabalho está na memória social, entendida como uma coletânea de “rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos envolvidos, e que se lhe reconhece o poder de encenar essas lembranças comuns por ocasião de festas, ritos, celebrações públicas” (RICOEUR, 2008, p. 129). Assim, sugerimos que o conjunto das poucas notícias sobre a CPLP emerge como parte dessa coletânea de rastros que vai constituir nossas memórias sociais.

Para Pollak (1992) a memória social é um “fenômeno seletivo”, instável e submetido a permanentes jogos de poder. “A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo” (POLLAK, 1992, p. 204). Os acontecimentos serão esquecidos ou lembrados em razão dessas tensões. Por isso, recordar e esquecer estão no mesmo patamar, ou como diz Ricoeur (2008, p. 435): “o esquecimento comum está, sob esse aspecto, do mesmo lado silencioso que a memória comum”. Assim, *esquecer* tem seu equivalente no abuso da memória. Festejar a memória é, ao mesmo tempo, um ritual solene de esquecimento e que interdita o “acesso aos tesouros enterrados da memória” (RICOEUR, 2008, p. 452).

Por isso, a memória não é truque de mágica, mas uma construção que se utiliza da mediação pelas narrativas. Esse recurso será utilizado porque é impossível lembrar e narrar tudo e é exatamente essa *incapacidade* que será aproveitada pelas forças que transitam pelo jornalismo, por exemplo, na omissão, impedimento e manipulação da memória. Esclarece, de forma clara, Ricoeur:

As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de figuração e refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o

perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial (RICOEUR, 2008, p. 455).

Essas reflexões servem para perceber o quanto a memória é alvo de intensa disputa nas lutas pelo poder. “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 1990, p. 426). Para Cunha (2003, p. 83), a memória sempre será “um campo de disputa, passando o controle social e mesmo o exercício do poder, pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser esquecido”. É nesse mesmo tom que pensa Halbwachs (1990). Ele diz que somos levados em múltiplas direções, mas a memória é a referência de segurança. Nos chamados períodos de uma certa clama nas estruturas sociais e políticas “a lembrança coletiva tem menos importância do que dentro dos períodos de tensão ou de crise - e lá, às vezes, ela torna-se ‘mito’” (HALBWACHS, 1990, p. 14).

Nas poucas notícias em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo* quais são as memórias em jogo sobre a CPLP? Por meio da análise crítica da história, lembramos que o Brasil é incluído no mapa do mundo no século XVI na esteira da expansão mercantil europeia (FURTADO, 2005). Antes mesmo de ser “descoberto”, a imposição de um destino - ser lugar de *exploração* - norteou às ideias de um Brasil que ia nascendo e que somente torna-se nação tardiamente, no século XIX. Ou seja, fomos nos entendendo como área de produção a enriquecer o velho continente. No longo período de *não-nação* e, até depois, fomos o *Outro*, colônia portuguesa com significativa presença predatória europeia. Para as massas de gente desse lugar são impostas essa mesma lógica. Daí não apenas a escravização de índios e de negros, mas todas as relações “humanas” serão submetidas a esse quadro, de amplos reflexos identitários.

A partir da fuga da corte de Portugal para o Brasil, em 1808, e, com a Independência, as referências identitárias da nova nação serão as europeias. A elite luso-brasileira desenvolve aqui o *caráter nacional*, isto é, o nosso tipo ideal: homem, branco, culto, cordial. Essa foi uma linha de força identitária a envolver os setores na construção do país. O *Outro*, apesar de estar no mesmo espaço, tinha uma brasilidade *maldita* e isso explicaria, para essa elite, o atraso da nova nação. Esse *Outro* é o negro, pobre, crioulo, africano, brasileiro africanizado, malandro, preguiçoso. Vão ganhar força nesse período as teses de negros como criminosos natos, a ideia

de miscigenação para limpar o “sangue negro”, e a necessidade de “embranquecer” o país <sup>51</sup>. Vai sendo construída, em dois eixos intercalados, a síntese da *identidade brasileira*: 1) acertar os passos com a civilização do antigo colonizador, branca e europeia; e 2) apagar os traços identitários com negros africanos e índios.

A ideia de *povo brasileiro* que se configura na memória social nacional, por exemplo, com o mito da “união harmoniosa das três raças”, é uma matriz que busca apagar e marcar étnica e racialmente os negros como o *Outro* a ser excluído. Em outras palavras, as narrativas históricas oficiais e dominantes tentam conduzir uma construção identitária nacional que

(...) pressupõe apagar algo que positivamente existia (a violência da colonização, o sistema escravagista e a multidão de negros que povoavam o país) e, ao mesmo tempo, pressupõe criar algo que positivamente nunca existiu: o consórcio harmonioso entre colonizador e o habitante natural da terra, o reconhecimento da resistência heróica das culturas autóctones, a convergência entre valores nativos e os valores da civilização ocidental (CUNHA, 2006, p. 101).

No caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa chamamos a atenção de dois aspectos históricos relevantes e que têm influência nos processos identitários. O primeiro é que o Brasil é uma das últimas nações a encerrar a escravidão negra. Nas vésperas do século XX, muitos de nós éramos “seres sem alma”, como eram tratados os escravos. Foram mais de 320 anos de um violento processo de desumanização e isso não passa incólume na memória social e nas identidades. O segundo aspecto é que as colônias portuguesas na África deixaram essa condição há menos de 40 anos. Só em 1976, por exemplo, Moçambique conquista a sua independência. A esse quadro alinha-se uma visão eurocêntrica e que se espalha até as raízes mais profundas da constituição dos povos da CPLP. Para Sodré, ainda persiste no Brasil uma utopia civilizatória europeia e que continua “a reproduzir o discurso de enaltecimento do seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder” (SODRÉ, 1999, p. 33).

Na investigação realizada nos 20 anos de institucionalização da CPLP na *Folha em O Globo*, as poucas notícias formam uma coletânea de rastros de memória e de identidades que põe nas sombras as raízes comuns dos povos dessa comunidade. Contudo, sugerimos que esse conjunto de rastros também revela brechas por meio das quais criticamos às tentativas de apagamento dos negros e índios da constituição do povo brasileiro. No exemplo da CPLP, não é demais lembrar que, dos nove países membros, seis deles são africanos.

---

<sup>51</sup> Mais em RODRIGUES, Nina. *As raças humanas*. SP: Progresso, 1957; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. RJ: José Olympio, 1946; ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. RJ: José Olympio, 1943.

Vejamos mais um exemplo: A *Folha de S. Paulo*, em 15 de julho de 1997 (Figura 3) traz um único e pequeno registro para lembrar o primeiro ano de criação da CPLP. Informa o jornal que “os países africanos de língua portuguesa querem que o Brasil estenda a eles o mesmo direito de livre circulação concedido aos portugueses, que podem visitar o país sem a necessidade de obter visto nos consulados”. Essa notícia é publicada em uma página apenas com notícias de crimes. Essa visibilização seletiva do medo-rejeição de um *Outro* que nos constitui aparece como rastros também em outras edições de *O Globo* e da *Folha*, reforçando e reconstruindo memórias do presente-passado e do presente-futuro.



FIGURA 3: Recorte de parte da notícia na *Folha de S. Paulo*  
 Fonte: acervo da *Folha de S. Paulo* (Cotidiano, 15/07/1997, p. 4)

De forma geral, os jornais revelaram, seja pela ausência, pelo silenciamento direto e constante, e seja pelas poucas notícias de uma angulação identitária de aversão à comunidade, isto é, um silenciamento por presença, a *não-noticiabilidade* da lusofonia no Brasil. Essa cobertura ou a falta dela nos jornais não permite o reconhecimento da CPLP e nem que se perceba que não há um *nós* e os *Outros* uma mesma comunidade. Sugerimos que a ausência reiterada é uma posição identitária que busca apagar a condição histórica do Brasil colônia e “negar” o longo e violento processo de escravização e exploração. De outro lado, e ao mesmo tempo, com as poucas notícias, os periódicos deixam escapar a construção de uma memória racista, reafirmando a ancoragem eurocêntrica, globalizada, deslocando-se da indiferença até a de repulsa diante de um *Outro* que nos constitui em um mesmo trânsito identitário.

### Jornalismo e memória

Essas reflexões encaminham-nos a reforçar o jornalismo como uma das experiências narrativas que dispara fenômenos identitários e age no sentido de fazer lembrar/esquecer. Nesse último aspecto, podemos considerar o jornalismo como lugar para construção das

memórias cotidianas, ou seja, ele não constitui lembranças nos chamados grandes eventos, em datas cívicas, ocorrências extraordinárias e de grande impacto, mas também na vida cotidiana. Como afirma Kitch <sup>52</sup> (2008, p. 313), “a construção da memória social é um processo de longo prazo, de um tecer de pequenos momentos” <sup>53</sup>. Essa autora alerta que, de forma simultânea, recebemos informações e formas de memória e isso vem de várias fontes e, não apenas da mídia, de forma que “estamos todos na mesma sopa da memória e, seus ingredientes, não vêm do jornalismo sozinho” (KITCH, 2008, p. 316) <sup>54</sup>.

O que destacamos que o jornalismo não é canal para a memória, não leva a memória de um ponto a outro, não é instrumento, canal, mas é *forma* e é *local* de construção da memória. O jornalismo não atua de forma exclusiva, mas associa-se a outros dispositivos do campo da cultura, da política, da economia, da religião, da educação. Quando observamos as notícias sobre a CPLP no Brasil percebemos que o jornalismo constitui-se agente da memória social, articulando o silenciamento temático, longo e persistente, a uma proposta de memória manipulada que verificamos nos rastros, nas poucas notícias. Essas constatações nos fazem transitar da memória-passado a memória-futuro, ou seja, o jornalismo maneja a um passado domesticado e, ao mesmo tempo, aponta um *dever* também orientado, controlado, esperado.

Parece óbvio que se não tomarmos conhecimento de eventos, ao longo do tempo e de forma regular, a existência deles não se confirma, porque nenhum recordar pode se instituir, porque o *nada* não emerge. No jornalismo, a memória ausente é o mesmo que esquecimento. Mesmo as raras notícias diluídas nos emaranhados jornalísticos fazem parte desse processo, no entanto, elas são como rastros a denunciar as formatações políticas, culturais, histórica. Esses rastros confirmam uma memória obrigada, manipulada, a *presença de uma ausência*.

Parece incontornável não considerar as relações entre memórias, histórias, identidades e o jornalismo e os jornalistas se põem a escrever, por exemplo, sobre a CPLP. Tratar dessa comunidade é perceber que atravessam os inúmeros aspectos temporais e históricos que são construídos pela antiga metrópole e suas antigas colônias. O jornalista convoca essas questões mesmo sem ter consciência de que participa de um jogo de lembranças e esquecimentos. Ao convocar o passado, utiliza-se de um lembrar que se articula e projeta o futuro, gerando uma

---

<sup>52</sup> As citações de Kitch (2008) e Zelizer (2008) ao longo do trabalho foram traduzidas livremente por nós.

<sup>53</sup> “social memory construction is a long-term process of weaving together the little moments”.

<sup>54</sup> “we are all in the same memory soup, and its ingredients do not come from journalism alone”.

teia de significações para os acontecimentos. Ou seja, o jornalismo é essa experiência que pode nos envolver em uma tessitura de memórias que nos constitui.

Retomemos o exemplo da notícia-entrevista publicada em *O Globo* e na *Folha de S. Paulo* em 16 de julho de 1996, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o “brasileiro pensa como caipira”. Nela foram convocadas as memórias retrospectivas e que remetem ao Brasil colônia e, ao mesmo tempo, indica memórias prospectivas, que apontam o caminho que o país deve adotar para acertar os passos com a civilização, com a globalização. Quando em *O Globo*, em 26 de julho de 2004, o presidente Lula da Silva afirma que, através da CPLP, “Brasil e Portugal podem realizar juntos” por conta da “língua, cultura, afinidade natural”, e exclui os africanos e Timor Leste, mais uma vez se põem em relação memórias do passado e do futuro. Em outras palavras, e reforçando nosso entendimento: as poucas notícias da CPLP revelam a articulação entre jornalismo, memórias e identidades.

No caso da comunidade, por meio da insistência na invisibilização ou por meio das poucas notícias, está sendo construída uma memória coletiva. “Isso não implica pressupor que as memórias sejam uniformes dentro de um determinado grupo social, uma vez que cada pessoa recorda fatos diferentes em função de suas trajetórias e vivências pessoais” (CABECINHAS, 2011, p. 174). Compreendemos que há fios de significação persistentes e que atravessam os arranjos sociais e, apesar do “pós-colonial”, a descolonização ainda parece não sepultada. Entre nós, ainda perduram visões de um mundo eurocêntrico (SODRÉ, 1999).

Nossas argumentações indicam uma relação de mútua exigência, ou seja, o jornalismo necessita da memória para se posicionar e recontar os eventos e, por outro lado, a “memória precisa do jornalismo para fornecer um dos projetos mais comuns do passado” (ZELIZER, 2008, p. 79)<sup>55</sup>. Para essa autora, os jornalistas não se reconhecem colaboradores na construção da memória porque são apenas se enxergam “fornecedores do presente”, e assim desprezam as relações com o passado. Hartog (2013, p. 148) diz que “o presente tornou-se horizonte. Sem futuro e sem passado, ele [o presente] produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato”. Também diz Nora que, com a midiatização e globalização as “sociedades-memórias” deixam de existir. Só falamos hoje de memória porque ela não existe mais. O que se tem, na prática, é o esquecer, porém,

---

<sup>55</sup> “memory needs journalism to provide one of the most public drafts of the past”.

ele alerta que “uma necessidade de memória é uma necessidade de história” (NORA, 1993, p. 14).

Afirma Zelizer (2008) que o jornalismo não é local óbvio da memória, mas um terreno bastante fértil que precisa ser melhor compreendido. Para ela, a memória dá sentido ao presente na medida em que “constrói conexões, sugere inferências, cria estacas de história, age como bitolas para medir a magnitude e impacto de um evento, oferece analogias e fornece curtas explicações” (ZELIZER, 2008, p. 82)<sup>56</sup>. Assim, devemos considerar o passado como um rico repositório que “oferece um ponto de comparação, uma oportunidade para a analogia, um convite à nostalgia e uma reparação aos eventos anteriores” (ZELIZER, 2008, p. 82)<sup>57</sup>. No entanto, como alerta Zelizer, não podemos esquecer que a construção da memória envolve um compromisso, na maioria das vezes obscurecido, com o não lembrar.

### **(Em) conclusão**

A investigação sobre 20 anos da CPLP na *Folha de S. Paulo* e no *O Globo* possibilitou perceber o processo de construção da memória, de forma especial, do esquecimento no Brasil sobre uma comunidade da qual é parte. Há um esquecer que se estabelece pela ausência, pelo silenciamento cotidiano, e também pela presença constatada nos rastros, isto é, nas poucas notícias que denunciam uma ampla aversão brasileira a essa comunidade.

Nossa discussão é sobre o Jornalismo, mas apresenta um debate de fundo que trata das memórias e das identidades, fenômenos que têm reflexos diretos na seleção das notícias, mas que não partilham do *status* das noticiabilidades. Ocorre que, por conta do presentismo, vindo da Revolução Industrial, e com seu ápice da globalização, os critérios operativos que se usam para definir o noticiável apagam qualquer referência a fenômenos que implicam, de forma direta, no que entendemos como a *experiência jornalística complexa*.

Muitas das exclusões, ausências, silenciamentos, invisibilizações que são construídas pelo jornalismo não encontram explicações nos critérios de noticiabilidade, por isso, talvez seja importante pensar em enorme volume de informações e possibilidades de interpretações que conformam uma *não-noticiabilidade*, o que não é o vazio, muito ao contrário.

---

<sup>56</sup> “build connections, suggest inferences, create story pegs, act as yardsticks for gauging an event’s magnitude and impact, offer analogies and provide short-hand explanations”.

<sup>57</sup> “offers a point of comparison, an opportunity for analogy, an invitation to nostalgia and a redress to earlier events”.

Os rastros – as raras notícias - que encontramos silenciam, em grande medida, sobre as relações e raízes identitárias vêm se tecendo historicamente entre Brasil e as nações da CPLP. Esses elos sociais, políticos, econômicos, culturais são incontornáveis, porém, para os dois jornais, eles não foram noticiáveis. Esse gesto de invisibilização salta as explicações sobre os critérios de noticiabilidade. As ações dos jornais dizem de relações de poder, de usos e abusos da memória, que se manifestam no que será lembrado e no que será esquecido, figurando como *não-noticiável*. Nesse caso, o jornalismo é dispositivo de identidades, agente e forma de memórias, atuando como domesticador retrospectivo e prospectivo. Esses rastros reunidos, que foram a coletânea, permitem indicar a existência de um processo de construção, de reforço e de ressignificação de uma lógica que faz emergir um memória manipulada em razão do seu modo de dizer sobre a CPLP, porém, que se configura nas superfícies impressas com um *não-dito* sobre uma *não-comunidade*. Sugerimos pensar que esse apagamento, na história e na memória, é ação identitária que associa o fato da CPLP ser majoritariamente negra.

## REFERÊNCIAS

CABECINHAS, Rosa. Narrativas identitárias e memória social: estudos comparativos em contexto lusófono. In: GAMA, Jaime et al. (coord.) *Cultura Portuguesa, Interculturalidade e Lusofonia*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 171-184.

CABECINHA, Rosa et al. Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polêmica nas representações sociais da história. In: MIRANDA, J. e JOÃO, M. I. (eds.). *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, 2006, p. 67-92.

CUNHA, Eneida. L. **Estampas do imaginário**: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FONSECA, Ana C. S. É tudo mesmo jornalismo? In: LEAL, Bruno. S. et al. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-28.

FRANCISCATO, Carlos E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene et al. (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014, p. 85-113.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

- HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.
- KITCH, Carolyn. Placing journalism inside memory – and memory studies. **Memory Studies**. V 1, n 3, Reino Unido, 2008, p. 311-320.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 1990.
- MAFRA, Renan. L. M. Tudo é notícia? In: In: LEAL, Bruno. S. et al. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 103-118.
- MÍDIA DADOS BRASIL. **Jornal**: Circulação de títulos filiados ao IVC. Grupo de Mídia: São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://dados.media/#/dashboards/JOURNAL>>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- MOTTA, Luiz G. Apresentação. In: LEAL, Bruno. S. et al. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 1997.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. N. 10. São Paulo, 1993.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In RIEDEL, D. C. (org.). **Narrativa, ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. V 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- SHOEMAKER, Pâmela. Prefácio. In SILVA, Gislene et al (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.
- SILVA, Gislene. Pensar critérios de noticiabilidade. In: SILVA, Gislene et al (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014, p. 51-69.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- ZELIZER, Barbie. Why memory's work on journalism does not reflect journalism's work on memory. **Memory Studies** V. 1 n. 1. Reino Unido, 2008, p.79-87.